

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.386.411 - RJ (2018/0278958-0)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : **ANA MARIA FERREIRA BORSATTO**
ADVOGADOS : **RODOLFO DEROSSI CABREIRA E OUTRO(S) - RJ131023**
: **ANDRÉ MOREIRA RODRIGUES - RJ142053**
AGRAVADO : **UNIÃO**
INTERES. : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PCS. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CARGO DE CONFIANÇA. INCORPORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por Ana Maria Ferreira Borsatto em face de decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado (fl. 694):

ADMINISTRATIVO – REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÕES – EX-FERROVIÁRIO – DIREITO A COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA – LEI Nº 8.186/91 E LEI Nº 10.478/02 – LEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO FEDERAL E DO INSS – PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO – INOCORRÊNCIA – SUCESSÃO TRABALHISTA – CONDIÇÃO DE FERROVIÁRIO MANTIDA – ARTIGO 4º DA LEI Nº 8.186/91 – PARADIGMA – TABELA SALARIAL DA VALEC – ARTIGO 2º DA LEI 8.186/91 C/C O ARTIGO 118, INCISO I, PARÁGRAFO PRIMEIRO, DA LEI 10.233/2001, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.483/2007 – CARGO DE CONFIANÇA INCORPORADO – INCLUSÃO NO CÁLCULO – IMPOSSIBILIDADE – ARTIGO 2º DA LEI 8.186/91 – JUROS DE MORA E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA – ART. 1-F, DA LEI 9.494/97 – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS COMPENSADOS.

- A União Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS são partes legítimas para integrarem o polo passivo em demandas que se envolvam a aplicação da Lei nº 8.186/91, tendo em vista ser a União responsável pela verba destinada à complementação da aposentadoria de ex-ferroviário, e a autarquia pelo pagamento do referido benefício, ex vi do art. 5º daquela Lei. Portanto, ambos devem, necessariamente, figurar no polo passivo.

- Tendo a parte autora ingressado na COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU, empresa subsidiária da RFFSA, em 21/09/1984, e tornou-se inativa, ainda na condição de ferroviária, pela Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL em 10/07/2011, tem direito à complementação da aposentadoria, prevista na Lei nº 8.186/91, até o valor integral da

remuneração correspondente ao respectivo cargo exercido pelos ferroviários em atividade.

- Deve ser observada a regra de paridade estabelecida pelo art. 2º da Lei 8.161/1991, combinado com o artigo 118, inciso I, parágrafo primeiro, da Lei 10.233/2001, com a redação dada pela Lei 11.483/2007, segundo a qual deverão ser considerados "... como referência os valores previstos no plano de cargos e salários da extinta RFFSA, aplicados aos empregados cujos contratos de trabalho foram transferidos para quadro de pessoal especial da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., com a respectiva gratificação adicional por tempo de serviço."

- Dessa forma, impõe-se que no cálculo da complementação de aposentadoria da parte autora seja aplicada a tabela salarial da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, sucessora da extinta RFFSA.

- O art. 2º da Lei 8.161/1991 é expresso ao determinar que a aposentadoria do ex-ferroviário deve equivaler à remuneração do cargo ocupado na atividade, acrescida da gratificação adicional por tempo de serviço, e não a remuneração que era percebida pelo beneficiário da complementação antes de se aposentar.

- Devem ser aplicados, no caso, a contar da citação, juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, na forma do art. 1º-F, da Lei nº 9.494, de 10/09/1997, com redação dada pela Medida provisória nº 2.180-35, de 24/08/2001, mas, a partir da vigência da Lei nº 11.960, de 29/06/2009, que dera nova redação ao aludido dispositivo, para fins de compensação de mora, devem ser aplicados os juros da caderneta de poupança, excluída a expressão "uma única vez" (Enunciado nº 56 da Súmula do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, julgamento em 02/06/2011, E-DJF2R de 08/06/2011, pág. 9).

- Atualização monetária incidindo a partir da vigência da Lei nº 11.960/2009 e até o efetivo pagamento, os índices oficiais de remuneração básica da caderneta de poupança, conforme o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, excluída a expressão "uma única vez".

- Honorários advocatícios compensados, diante da sucumbência recíproca.

- Recurso da União Federal não provido. Remessa necessária e recursos do autor e do INSS providos em parte.

Os embargos de declaração manejados na origem foram rejeitados.

No especial, o recorrente defende, além de divergência jurisprudencial, violação do art. 2º da Lei n. 8.186/1991, do art. 444 e 457, ambos da CLT, do art. 118, § 1º, da Lei n. 10.233/2001, e do art. 41 da Lei n. 8.112/1990, pois, no cálculo da complementação de aposentadoria, não pode ser excluída a incorporação do cargo de confiança. Assevera, para tanto, o caráter remuneratório das verbas incorporadas. Aduz que "O Plano de Cargos e Salários possui regra segundo a qual o exercício de cargo de confiança, por determinado período de tempo, confere ao ferroviário o direito à incorporação em caráter definitivo da remuneração referente àquele cargo" (fl. 738).

Apresentadas contrarrazões às fls. 830/836.

A decisão agravada negou seguimento ao especial sob a compreensão de que o provimento das questões recursais depende de exame probatório dos autos, e de que o acórdão *a quo* segue jurisprudência do STJ.

Nas razões do agravo, o recorrente sustenta que o provimento do especial não depende de exame probatório dos autos e que houve devida exposição da divergência

jurisprudencial.

Ofertada contraminuta às fls. 916/933.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A pretensão não merece acolhida.

Com efeito, a argumentação do recorrente não observa a jurisprudência do STJ no sentido de que a sua complementação de aposentadoria não deve incluir os valores equivalentes ao cargo de confiança que exerceu. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. COMPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA DOS EX-FERROVIÁRIOS REGIDA PELO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS PRÓPRIO DOS EMPREGADOS DA EXTINTA RFFSA, INEXISTINDO AMPARO LEGAL À EQUIPARAÇÃO COM A REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS DA PRÓPRIA CBTU. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 41 DA LEI N. 8.112/90 C/C O ART. 444 DA CLT. PREVISÃO DE INCORPORAÇÃO DO CARGO DE CONFIANÇA APÓS CERTO TEMPO DE SERVIÇO. REGRA QUE NÃO SE APLICA À COMPLEMENTAÇÃO PREVISTA NAS LEIS N. 8.186/91 E LEI N. 10.478/2002.

NÃO INTEGRAÇÃO POR PARCELAS INDIVIDUAIS PAGAS AOS EMPREGADOS QUANDO EM ATIVIDADE.

I - Como a decisão recorrida foi publicada sob a égide da legislação processual civil anterior, observam-se em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos, as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultratividade e do Enunciado Administrativo n. 2 do Superior Tribunal de Justiça.

II - No acórdão recorrido tendo como pano de fundo a complementação de aposentadoria de ex-ferroviário foi decidido que a autora faz jus à aposentadoria concedida pela Lei nº 8.186/1991, tendo como paradigma as tabelas salariais da Rede Ferroviária Federal - RFFSA, reformando parcialmente a sentença de 1º grau. III - A autora sucumbiu quanto ao pedido de inclusão, na complementação da aposentadoria, da parcela referente aos valores recebidos a título do cargo de confiança (Chefe de Departamento I - nível 4) que havia sido incorporado em seu salário em razão da regra 4.5 do Plano de Cargos e Salários da CBTU (PCS90). IV - Analisando a alegada violação do art. 535, II, do CPC/73, verifica-se que o recorrente limitou-se a afirmar, em linhas gerais, que o acórdão recorrido incorreu em omissão ao deixar de se pronunciar acerca das questões apresentadas nos embargos de declaração, o fazendo de forma genérica, sem desenvolver argumentos para demonstrar especificamente a suposta mácula. V - Nesse panorama, a apresentação genérica de ofensa ao art. 535, II, do CPC/73 atrai o comando do enunciado sumular n. 284/STF, inviabilizando o conhecimento dessa parcela recursal.

VI - A complementação da aposentadoria pretendida pelo demandante está prevista na Lei nº 8.186/91, que atribuiu à União Federal a complementação da aposentadoria dos ferroviários por determinação

expressa de seu artigo 5º, igualmente estabelecendo que continuará a ser paga pelo INSS, contemplando todos os ferroviários admitidos até 31 de outubro de 1969 e os regidos pela Lei 6.184/74, e pelo Decreto-Lei nº 5/66, conforme dispõem os arts. 1º, 2º e 3º da supracitada norma legal.

VII - Nesse contexto, as parcelas de responsabilidade da Previdência Social são reajustadas pelos índices oficiais, nos termos da legislação previdenciária, porém, o reajustamento da parcela referente à complementação do valor da aposentadoria, obedecerá aos mesmos prazos e condições em que for reajustada a remuneração do ferroviário em atividade, nos termos do art. 2º, parágrafo único, da Lei 8.186/91. VIII - O direito à complementação à aposentadoria/pensão, na medida em que determina a observância das disposições do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.186/91, o qual de sua parte garante a permanente igualdade de valores entre ativos e inativos, foi reconhecido em sede de recurso representativo da controvérsia na Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.211.676.

IX - Registra-se, ainda, que a Lei nº 10.478/2002 garantiu o direito à complementação de aposentadoria a todos os ferroviários admitidos até 21/05/1991 na RFFSA. Nesse sentido os seguintes precedentes jurisprudenciais do Superior Tribunal de Justiça: AgRg no REsp 1575517/CE, Relator Ministro Herman Benjamin, julgamento em 19/04/2016, DJe 27/05/2016; AgRg no REsp 734.675/PE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/08/2014, DJe 02/09/2014).

X - Constatado pelo Tribunal a quo que a complementação da aposentadoria foi concedida ao recorrente nos termos da Lei nº 8.186/91 e 10.478/2002, restou a controvérsia acerca da possibilidade ou não de receber tal complementação em patamar que iguale seus proventos ao valor da remuneração do quadro de pessoal em atividade da CBTU. A Lei nº 11.483/2007 ao decretar a liquidação e extinção da RFFSA transferiu os trabalhadores ativos da companhia, alocando-os em carreira especial. Portanto, a paridade garantida aos aposentados tem como parâmetro a remuneração dos funcionários ativos do quadro especial da extinta RFFSA, e não a dos empregados das empresas que a sucedeu, como alegado pelo recorrente e afirmado genericamente no acórdão recorrido. XI - Cabe referir que a Lei nº 11.483/07 previu ainda que, mesmo quando não existir mais nenhum empregado da extinta RFFSA em atividade, os valores dos proventos dos ferroviários inativos não seguirão o plano de cargos e salários das empresas que a sucederem, passando a ser reajustados de acordo com os mesmos índices aplicáveis aos benefícios do regime geral de previdência social, verbis: Art. 27. A partir do momento em que não houver mais integrantes no quadro de pessoal especial de que trata a alínea a do inciso I do caput do art. 17 desta Lei, em virtude de desligamento por demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do último empregado ativo oriundo da extinta RFFSA, os valores previstos no respectivo plano de cargos e salários passarão a ser reajustados pelos mesmos índices e com a mesma periodicidade que os benefícios do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, continuando a servir de referência para a paridade de remuneração prevista na legislação citada nos incisos I e II do caput do art. 118 da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001.

XII - A garantia de complementação como prevista não constitui uma aposentadoria complementar, um benefício autônomo, mas apenas um benefício legal objetivando a paridade entre ativos e inativos. Por essa razão, não há falar em ilegalidade em eventual redução do valor da

compensação, o que poderá ocorrer, v.g., para que o inativo não passe a receber mais do que o empregado em atividade, quando houver descompasso entre os reajustes dos benefícios concedidos pelo INSS e os concedidos aos empregados em atividade.

XIII - Assim, percebe-se das disposições legais atinentes à espécie que a complementação da aposentadoria dos ex-ferroviários é regida pelo plano de cargos e salários próprio dos empregados da extinta RFFSA, inexistindo amparo legal à equiparação com a remuneração dos empregados da própria CBTU. Dessa forma merece ser mantido o acórdão recorrido.

XIV - No que tange à alegação de ofensa ao art. 41 da Lei nº 8.112/90 c/c o art. 444 da CLT, **não merece razão a recorrente; ainda que no PCS aplicável haja previsão de incorporação do cargo de confiança após certo tempo de serviço, tal regra não se aplica à complementação prevista nas Leis n. 8.186/91 e Lei n. 10.478/2002, eis que não é integrada por parcelas individuais pagas aos empregados quando em atividade, à exceção da gratificação por tempo de serviço (art. 118, § 1º da Lei nº 8.186/91) - como bem decidido no acórdão recorrido.**

XV - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1238683/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 17/08/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro **MAURO CAMPBELL MARQUES**
Relator